

Secretário acusa Amin de favorecer São Paulo

Auxiliar de Paulo Afonso acusa senador de ajudar prefeito em pedido de emissão de títulos

KÁSSIA CALDEIRA

O secretário de Governo de Santa Catarina, Milton Martini, acusou ontem o presidente do PPB, senador Espiridião Amin (SC), de favorecer a cidade de São Paulo com um parecer que permitiu ao prefeito Paulo Maluf, também do PPB, emitir Letras do Tesouro municipal. De acordo com o secretário, a emissão de papéis de Santa Catarina teve os mesmos procedimentos e é igual à de outros Estados e municípios.

Estado — Como o sr. recebeu a notícia da ação de inconstitucionalidade movida por um advogado do PPB?

Milton Martini — Se o PPB contratou um advogado, fica evidente que todo este barulho tem conotação político-partidária.

Estado — O sr. conhece casos semelhantes ao de Santa Catarina?

Martini — A documentação que mandamos ao Banco Central, que habilitou o Estado a fazer a operação, é igual à enviada por outros Estados e municípios. A cidade de São Paulo, por exemplo, apresentou do-

cumentação muito parecida. No caso de São Paulo — cujo prefeito, Paulo Maluf, é do PPB —, o relator da matéria, por coincidência, foi o senador Espiridião Amin.

Estado — A emissão dos títulos tornou-se um problema para Santa Catarina?

Martini — Não. Os procedimentos foram os mesmos usados por outros Estados e municípios. Essa não é uma operação nova.

Estado — O governo de Santa Catarina afirma que os precatórios são anteriores a 1988, seria possível mostrar a lista?

Martini — A lista está no processo que enviamos ao BC e, depois, ao Senado. Temos a convicção de que todos os casos são anteriores a 1988.

Estado — A emissão dos títulos aumentou a dívida do Estado?

Martini — Claro, aumentou a dívida mobiliária, a de longo prazo.

Estado — O Estado vai contratar

PARA MARTINI,
OFENSIVA TEM
CARÁTER
POLÍTICO

advogado?

Martini — Vamos aguardar uma manifestação do PPB com relação à ação de inconstitucionalidade. Se o partido decidir encaminhar a ação ao Supremo, vamos provar que o pedido de Santa Catarina é igual ao de Estados e municípios que encaminharam processos idênticos e anteriores ao BC e ao Senado, conseguindo as autorizações.